

Empreendedorismo Social e Educação Transformadora nos Centros Sociais e Centros de Convívio.

Manuela Pereira

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas | Universidade Nova de Lisboa
manuela38ster@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-5467-9352>

Resumo: O objetivo deste estudo consistiu em analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos centros sociais de convívio. Além disso, visou a análise dos modelos de empreendedorismo social, supervisão e formação pedagógica implementados, a configuração da governança institucional e os processos de interpretação e operacionalização das políticas públicas em contexto local. Foi seguida uma abordagem qualitativa, e recorreu-se à investigação-ação. Foi analisada a intersecção entre empreendedorismo social e formação de adultos, com foco na mobilização de instrumentos e recursos públicos nos centros sociais do município da Calheta da Região Autónoma da Madeira, Portugal. Os dados foram recolhidos através de entrevistas semiestruturadas e diários de bordo, sendo submetidos a análise de conteúdo. O modelo de análise compreendeu três níveis: legislativo, organizacional (estrutura e funcionamento dos Centros) e operacional (aplicação prática das políticas públicas pelos profissionais). Os resultados evidenciaram que os profissionais dos centros, ao integrar o modelo de empreendedorismo social e as diferentes modalidades de supervisão e formação pedagógica, mobilizaram saberes e competências adquiridos ao longo das suas trajetórias profissionais e pessoais, direcionando-os para a inclusão social e a redução do isolamento. Verificou-se, ainda, que a governança institucional caracteriza-se por uma configuração heterárquica, sustentada em práticas de gestão descentralizadas que ampliam a autonomia profissional na interpretação e execução das políticas públicas. Além disso constatou-se que a articulação entre empreendedorismo social e educação transformadora nestes centros potencia a construção de sociedades mais justas e inclusivas, consolidando-os como agentes estratégicos no combate às vulnerabilidades sociais e à promoção do bem-estar coletivo.

Palavras-chave: formação de adultos, centros sociais, ação pública, supervisão pedagógica, empreendedorismo social

Abstract: The objective of this study was to analyse the pedagogical practices developed by social centres. In addition, it aimed to analyse the models of social entrepreneurship, supervision and pedagogical training implemented, the configuration of institutional governance and the processes of interpretation and operationalisation of public policies in the local context. A qualitative approach was followed, and action research was used. The intersection between social entrepreneurship and adult education was analysed, focusing on the mobilisation of public instruments and resources in social centres in the municipality of Calheta in the Autonomous Region of Madeira, Portugal. Data were collected through

semi-structured interviews and logbooks and subjected to content analysis. The analysis model comprised three levels: legislative, organisational (structure and functioning of the Centres) and operational (practical application of public policies by professionals). The results showed that the professionals at the centres, by integrating the social entrepreneurship model and the different types of supervision and pedagogical training, mobilised the knowledge and skills acquired throughout their professional and personal careers, directing them towards social inclusion and the reduction of isolation. It was also found that institutional governance is characterised by a heterarchical configuration, supported by decentralised management practices that increase professional autonomy in the interpretation and implementation of public policies. In addition, it was found that the articulation between social entrepreneurship and transformative education in these centres promotes the construction of more just and inclusive societies, consolidating them as strategic agents in combating social vulnerabilities and promoting collective well-being.

Keywords: adult education, social centers, public action, educational supervision, social entrepreneurship

Introdução

O presente artigo propõe uma reflexão crítica sobre o papel do empreendedorismo social, articulado com as práticas de educação transformadora, na revitalização dos centros sociais e de convívio, enquanto dispositivos de ação pública voltados para a inclusão e coesão social. Sustenta-se que a convergência entre estas duas dimensões - o empreendedorismo orientado para o impacto social e a educação enquanto processo emancipador - amplia significativamente a capacidade de resposta destas instituições face às múltiplas e complexas necessidades e situações problemáticas sociais das comunidades locais.

1. Educação Transformadora nos Centros Sociais e Centros de Convívios

Freinet (1974) manifesta um apelo à ação transformadora através do conhecimento e da educação, sugerindo que a mudança no mundo começa com a compreensão e a ação individual. Essa visão está diretamente ligada ao pensamento pedagógico de Freinet (1974), que valoriza a autonomia dos educandos/Beneficiários de Terreno e a ideia de que a educação deve ser um processo ativo e participativo, no qual o aluno/Beneficiário de Terreno é visto como sujeito ativo na sua formação e no seu impacto no mundo.

A compreensão e a ação transformadora para Freinet (1974) destaca a importância da compreensão como ponto de partida para qualquer transformação. O primeiro passo para mudar a realidade é a tomada de consciência sobre as condições em que se vive, o que implica que a educação não deve apenas transmitir conhecimentos, mas também provocar reflexões críticas sobre o mundo. Esta compreensão não é passiva; ao contrário, é chamada a se converter em ação. Aqui, Freinet (1974) sugere que a ação dos vários atores sociais pode alterar significativamente a “fisionomia” (ou as características) do ambiente imediato e, por extensão, do mundo.

O papel da educação na mudança segundo o autor é que vê a educação como um veículo de mudança social. Ao afirmar que “mudareis pela vossa ação”, Freinet (1974) vê o poder da educação para transformar a sociedade. Isso ressoa com a ideia de uma educação que vai além do simples repasse de informações, mas que deve ser capaz de incentivar os alunos/Beneficiários de Terreno a se envolverem ativamente com o mundo ao seu redor, procurando a sua modificação de maneira concreta.

A educação, portanto, é vista não apenas como um meio de adaptação ao *status quo*, mas como um motor de transformação. O impacto coletivo da ação individual, de acordo com Freinet (1974) também sugere que, embora a mudança comece no nível individual, ela tem o potencial de impactar coletivamente, alterando "a face do mundo". Isto reflete uma visão de que a transformação social é um processo coletivo que se inicia com ações individuais. Numa perspectiva educacional, isso implica que a atuação de cada Profissional de Terreno e dos seus educandos/Beneficiários de Terreno que podem gerar efeitos multiplicadores, com o poder de modificar a sociedade de forma gradual, mas significativa.

A relevância na educação e no contexto atual, corroborando com Freinet (1974) é altamente relevante no contexto educacional contemporâneo, especialmente quando refletimos sobre os desafios atuais da educação, como a necessidade de formar cidadãos críticos e participativos.

A Pedagogia de Freinet (1974), que procura envolver os alunos/Beneficiários de Terreno de forma ativa, participativa, permite que se tornem agentes da própria aprendizagem e da transformação do seu despejo, continua sendo um modelo inspirador para práticas educativas que visam promover não só o conhecimento, mas também da mudança social. Além disso, no cenário atual das inovações tecnológicas e dos desafios globais, a ideia de que cada ação pode contribuir para a modificação do mundo, e adquire uma importância ainda maior, cada vez mais profunda na mudança global.

O papel da educação e formação é não apenas preparar os alunos/beneficiários para o futuro, mas também para capacitar para que possam influenciar positivamente as realidades sociais, políticas e económicas, seja no nível local ou no mundo global.

Freinet (1974) (re)lembra que a educação não deve ser apenas um processo de adaptação ao mundo existente, mas também uma ferramenta de transformação. Através da compreensão e da ação, os educandos/Beneficiários de Terreno têm o potencial de mudar não apenas a sua própria realidade, mas também contribuir para a modificação mais ampla da sociedade. A educação, portanto, tem um papel crucial em moldar os diversos atores sociais, onde os Profissionais de Terreno se veem como agentes de mudança, com a capacidade de impactar positivamente o mundo em que vivemos na era da globalidade.

2. O Empreendedorismo Social

O empreendedorismo social surgiu da interseção entre os conceitos de empreendedorismo e impacto social, sendo um campo de estudo e prática que visa criar e implementar soluções inovadoras para resolver problemas sociais complexos, ambientais e culturais de forma sustentável. Este conceito tem evoluído ao longo dos anos, com a contribuição de diversos

autores que amplificaram a compreensão sobre as práticas e a importância do empreendedorismo social.

A seguir, apresentam-se alguns dos principais autores que contribuíram para o desenvolvimento do conceito de empreendedorismo social e as suas respectivas contribuições. i) Van de Ven (1986) foi um dos primeiros autores a discutir a inovação social e introduziu a ideia de empreendedorismo social como um tipo de inovação voltado para a solução das situações problemáticas sociais. No seu estudo, Van de Ven (1986) enfatiza a importância da inovação no processo de transformação social, contribuindo para a forma como as organizações sociais passaram a ser vistas no contexto do empreendedorismo; ii) Yunus (2006) é amplamente reconhecido como um dos maiores expoentes do empreendedorismo social. Criador do microcrédito e fundador do Grameen Bank, Yunus (2006) que revolucionou a forma como os negócios podem ser utilizados para resolver problemas de pobreza. No seu estudo apresentou o conceito de microfinanças como ferramenta para ajudar as populações empobrecidas a se tornarem economicamente autossuficientes.

Em 2006, o autor, Yunus e o Grameen Bank, receberam o Prêmio Nobel da Paz pelas suas contribuições para o combate à pobreza. As principais contribuições de Yunus & Weber (2007) incluem a criação do Grameen Bank (Yunus, 2006) e o desenvolvimento do modelo de microcrédito, além da sua introdução das empresas sociais, onde o objetivo primordial não era o lucro, mas o impacto social; iii) Drayton (1980s) fundou a Ashoka (n.d.), uma organização internacional dedicada a apoiar empreendedores sociais ao redor do mundo.

Drayton (1980) foi o pioneiro na identificação e no apoio a líderes com soluções inovadoras para os problemas sociais. A sua contribuição foi fundamental para consolidar a ideia de que o empreendedorismo pode ser uma poderosa ferramenta para promover as mudanças sociais. Ele também defendeu a ideia de que os empreendedores sociais atuam como catalisadores para as mudanças sociais e políticas; iv) Leadbeater (1997), é um autor britânico reconhecido pelos seus estudos sobre a inovação social. Na sua obra: “The Rise of the Social Entrepreneur” (1997), Leadbeater (1997) analisa como os empreendedores sociais podem transformar os setores como saúde, educação e bem-estar social. Ele apresentou o conceito de empresas sociais, que procuram equilibrar os objetivos sociais e financeiros, e destacou a inovação social como uma força transformadora nas estruturas sociais e políticas; v) Rose (2000) é um dos estudiosos que contribuiu para a compreensão do papel das organizações sociais na influência das políticas públicas e no uso da inovação para melhorar as condições sociais. Rose (2000) tem contribuído significativamente para o entendimento de como essas organizações podem impactar as políticas públicas e sociais, utilizando a inovação como uma ferramenta de mudança; vi) Bornstein (2004) é um autor e jornalista conhecido no seu livro “How to Change the World: Social Entrepreneurs and the Power of New Ideas”. Nesta pesquisa, Bornstein (2004) documenta histórias de empreendedores sociais bem-sucedidos ao redor do mundo, oferecendo um insight profundo sobre o impacto de suas iniciativas.

Bornstein (2004) desempenhou um papel essencial ao introduzir o conceito de empreendedorismo social para um público mais amplo, ajudando a consolidar o movimento global de empreendedores sociais; vii) Martin & Osberg (2007), pensadores influentes no campo do empreendedorismo social, discutem como as empresas podem ser utilizadas para resolver problemas sociais e gerenciar o impacto social de maneira eficaz. Juntamente com outros autores, Martin & Osberg (2007) exploraram os meios pelos quais as empresas podem contribuir para a transformação social, através de uma gestão estratégica e focada no impacto social; viii) Baker (2013), é uma pesquisadora dedicada ao estudo do empreendedorismo social, especialmente no contexto das comunidades nas situações de vulnerabilidade. Ela desenvolveu modelos que conectam a teoria e prática do empreendedorismo social, enfatizando a importância da integração de modelos de negócios sociais com a gestão do impacto social e melhoria das desigualdades sociais.

O empreendedorismo social é um campo que tem ganhado destaque nas últimas décadas, refletindo uma mudança na maneira como a sociedade aborda a resolução de problemas sociais. Diversos autores, ao longo dos anos, contribuíram para o desenvolvimento desse campo, oferecendo diferentes perspectivas e modelos que procuram integrar soluções inovadoras, impacto social e mais recentemente sustentabilidade financeira. A interação entre os estudos acadêmicos e as práticas no campo do empreendedorismo social tem demonstrado que é possível utilizar os modelos de negócios para promover as mudanças sociais significativas, ao mesmo tempo em que se desafia os paradigmas tradicionais do capitalismo.

O empreendedorismo social é um campo de estudo e prática que surgiu da interseção entre os conceitos de empreendedorismo e impacto social. Ele é focado em criar e implementar as soluções inovadoras para resolverem problemas sociais, ambientais ou culturais, de maneira sustentável. Diversos autores contribuíram para o desenvolvimento deste conceito ao longo dos anos como acima enumeramos alguns autores. As principais contribuições focaram-se no desenvolvimento de modelos sustentáveis para o empreendedorismo social. O campo continua a evoluir, com novas metodologias e práticas emergindo, principalmente com o avanço de tecnologias digitais, e a crescente necessidade de abordagens inovadoras para resolver os desafios globais contemporâneos.

A educação para o empreendedorismo, corroborando com os cientistas sociais, ganha em atender a esta visão mais equilibrada do espaço global, cheio de oportunidades para criar soluções que correspondam às necessidades de hoje. De acordo com Franco “O empreendedorismo deve considerar esta realidade das relações planetárias e estar no mundo global, não pode esquecer a relação com o local, o sentido com a raiz, pois é a partir de um dado território, de uma cultura, de um local de nascimento, de formação cultural, de identidade, que se olha, pensa e se define havia, mas eficaz para agir com sucesso no espaço planetário que hoje nos é colocado diante dos olhos é está à distância de um *click* no teclado de computador ou da televisão.” (Franco, 2019). A citação de Franco (Franco, 2019) aborda uma reflexão crucial sobre a importância de integrar as dimensões local e global no contexto do empreendedorismo. A ideia central é que, embora o empreendedorismo deva operar

dentro de um cenário globalizado, ele não pode perder de vista as suas raízes locais, que são fundamentais para a construção de uma identidade cultural e para a definição de estratégias eficazes.

Isto implica que o empreendedorismo, ao ser praticado num contexto global, deve se basear em fundamentos locais, sendo capaz de adaptar-se e dialogar com as especificidades culturais e sociais de seu ponto de origem. Esta combinação entre o global e o local é, portanto, essencial para o sucesso no mundo contemporâneo, onde a interação global é facilitada pela tecnologia, mas a identidade local ainda desempenha um papel importante na definição das ações empreendedoras. O autor sugere que o empreendedor deve, portanto, estar ciente da interdependência planetária, mas também da necessidade de se ancorar em uma base local sólida, capaz de proporcionar uma perspectiva única e estratégica. Isto é essencial para que o empreendedorismo seja eficaz não só em termos globais, mas também em termos sociais e culturais, respeitando o legado e as especificidades locais.

A formação empreendedora, associada à educação para a cidadania, oferece aos profissionais a oportunidade de desenvolver uma visão crítica e construtiva, permitindo-lhes atuar de maneira eficaz num mundo cada vez mais dinâmico e globalizado. De acordo com Franco (2019), a formação empreendedora deve incorporar valores fundamentais que capacitem os diversos atores sociais a agirem com responsabilidade e solidez diante dos desafios impostos pela sociedade global em constante mudança. Como o autor enfatiza, esses valores são essenciais para uma atuação sólida e eficaz em um "mundo em ebulição globalista", onde as interconexões e as mudanças rápidas exigem soluções inovadoras e sustentáveis. Esse tipo de formação não só capacita os profissionais para enfrentarem os desafios imediatos, mas também promoverem a construção de capacidades para transformarem as realidades sociais, com ênfase em práticas empreendedoras que priorizam o impacto social, a sustentabilidade e a inclusão dos seus beneficiários.

De acordo Jardim (2019b) este define o empreendedorismo social “como o conjunto de ações e processos protagonizados por cidadãos que criam produtos, serviços, tecnologias e /ou entidades tendo como objetivo prioritário ajudar as pessoas. Na essência do seu funcionamento encontra-se um modelo de participação comunitária e responsabilização social motivado pelo bem comum, pelo ganho social e pela criação de boas condições de vida para todos”. (Jardim, 2019b). Quando Jardim (2019a), define “empreender”, destaca que empreender no contexto do empreendedorismo social, vai além da simples criação de um negócio com fins lucrativos. empreender, segundo o autor (Jardim, 2019b) envolve agir de maneira inovadora e proativa para resolver diversificados problemas sociais, ambientais ou culturais, com o objetivo de promover o bem-estar coletivo e gerar o impacto positivo na sociedade. Nesse sentido, o empreendedorismo social não se restringe à procura pelo lucro individual, mas sim ao compromisso com o bem comum, ao empoderamento das comunidades e à transformação das realidades sociais. Ao empreender socialmente, os diversos atores sociais e grupos procuram criar soluções sustentáveis e inclusivas,

contribuindo para a construção duma sociedade mais justa e equitativa, onde todos tenham a oportunidade de prosperar e se desenvolver.

A educação para o empreendedorismo social, conforme destacam os autores Jardim (2019b) e Timmons (1989, in Jardim, 2021, p. 29), configura-se como uma ferramenta estratégica de elevada relevância para o progresso das sociedades contemporâneas. O seu impacto manifesta-se de forma significativa na promoção do crescimento económico sustentável, na consolidação da coesão social, no fortalecimento do desempenho organizacional e na concretização do potencial individual. Neste contexto, a educação empreendedora transcende a mera geração de inovação económica, assumindo-se como um instrumento estratégico de inclusão social. Atua como mecanismo fundamental para a integração de grupos marginalizados e em situação de vulnerabilidade, promovendo o empoderamento tanto individual quanto coletivo. Como destaca Jardim (2019a), esta abordagem educativa contribui decisivamente para a construção de uma cidadania ativa, alicerçada em competências críticas, criativas e transformadoras, pois esta “diz respeito aos processos de ensino-aprendizagem que qualificam pessoas e equipas para a inovação social, habilitando-as para a criação de produtos e serviços com impacto na transformação de situações problemáticas. (...) Por isso, deve incluir o desenvolvimento daquelas competências que constituem a base do comportamento empreendedor, tais como a criatividade, o sentido de iniciativa, a assunção de riscos, a autonomia, a autoconfiança, a capacidade de liderança, e o espírito de equipa” (Jardim, 2021).

A educação para o empreendedorismo social, conforme destaca Jardim (2021), refere-se a processos de ensino-aprendizagem que capacitam os diversos atores sociais e equipas para a inovação social, permitindo a criação de produtos e serviços com impacto direto na resolução das problemáticas sociais. A educação empreendedora deve incluir o desenvolvimento de competências essenciais, como criatividade, iniciativa, assunção de riscos, autonomia, autoconfiança, capacidade de liderança e espírito de equipa. Estes atributos são fundamentais para que os atores sociais, os profissionais dos centros sociais e de convívio, não apenas respondam aos desafios sociais, mas se tornem agentes ativos de mudança dentro das suas comunidades frequentadas pelos beneficiários.

Os centros denominados de Social e de Convívio, localizados no Concelho da Calheta, na Ilha da Madeira, desempenham um papel fundamental no empreendedorismo social, procurando não apenas promover o convívio, mas também proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal e social para as populações locais, sobretudo aos mais vulneráveis (Santa Casa da Misericórdia da Calheta, s.d.).

Através das suas estruturas de gestão superior, gestão intermediária e ações diretas com os beneficiários, estes centros têm como objetivo criar soluções inovadoras para elevar as condições de vida dos beneficiários, alguns em situação de pobreza social. Por meio dessas iniciativas, os profissionais oferecem aos seus beneficiários, uma espécie de "elevador social", que, ao proporcionarem o acesso aos diversos recursos e redes de apoio, possibilitam a sua integração plena na sociedade, tanto no contexto local quanto no mundo globalizado.

Ao adotar uma abordagem de empreendedorismo social, estes centros promovem a inclusão social e procuram capacitar os beneficiários para que se tornem agentes ativos nas suas próprias trajetórias ao longo das suas vidas, facilitando-lhes o seu acesso às melhores oportunidades de vida. Desta forma, as ações desenvolvidas nesses centros não só visam melhorar a qualidade de vida no presente, mas também garantir que os seus beneficiários possam participar de forma significativa no desenvolvimento da sociedade global, adaptando-se às mudanças e exigências desse novo contexto em cada centro social e centro de convívio (Pereira, 2023).

O empreendedorismo social na Região Autónoma da Madeira (RAM) surge como uma resposta estruturada e alinhada com as políticas públicas locais, nacionais e internacionais, refletindo o compromisso da Região Autónoma da Madeira (RAM) para a inclusão social e a mitigação da pobreza. A criação dos centros sociais e de convívio na RAM é uma iniciativa que visa implementar soluções inovadoras e sustentáveis, promovendo a integração de populações em situações de vulnerabilidade e exclusão social. Estes Centros estão em consonância com as diretrizes globais e regionais, como o Programa "A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal", promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2003), que tem como princípios fundamentais a redução das desigualdades sociais e a promoção da inclusão social.

O Programa Global - Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza (STEP) da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2003) adotou uma abordagem dual e interconectada para combater a exclusão social e a pobreza, dividindo-se em duas frentes principais que são interdependentes e complementares: a extensão da proteção social às populações excluídas: esta frente pretendeu assegurar que as populações em situações de vulnerabilidade e exclusão social tivessem acesso a uma rede de proteção social que lhes proporcionasse as condições mínimas de vida, como saúde, educação, moradia e segurança alimentar. O objetivo central foi reduzir as desigualdades de acesso aos direitos fundamentais, promovendo uma cidadania ativa e plena e criando as condições necessárias para a integração dessas populações na sociedade. A implementação de estratégias integradas de inclusão social: a segunda frente do programa compreendeu a promoção da inclusão social, por meio de estratégias integradas que envolvessem as diversas áreas e setores, como educação, emprego, capacitação e participação social. Estas estratégias não apenas procuraram garantir o acesso a serviços e direitos essenciais, mas também promovem o empoderamento das populações vulneráveis, permitindo que elas se tornassem em agentes ativos da sua própria transformação social e económica. Estas duas frentes, interligadas e complementares, foram essenciais para garantir que as políticas sociais fossem eficazes e tivessem um impacto real e duradouro na vida dos Beneficiários de Terreno. A combinação de proteção social com as estratégias de inclusão social foram fundamentais para proporcionarem uma integração sustentável, superando as barreiras que mantêm as populações vulneráveis em situação de pobreza e exclusão.

O STEP da OIT, portanto, ofereceram um caminho para a construção de sociedades

mais justas e igualitárias, onde todos, independentemente da sua origem ou condição social, tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento e bem-estar e qualidade de vida.

3. Empreendedorismo Social nos Centros Social e de Convívio da Região Autónoma da Madeira: resposta inovadora às desigualdades sociais e desafios estruturantes

Os centros sociais e de convívio, no presente estudo, da Região Autónoma da Madeira (RAM), a implementação das estratégias do Programa Global da OIT traduziram-se numa resposta dinâmica e colaborativa às necessidades das comunidades locais. O modelo de funcionamento desses centros adota uma abordagem empreendedora, voltada para a resolução de problemáticas sociais complexas e interligadas, como a pobreza, as doenças, a degradação das condições de vida quotidiana e as desigualdades socioeconómicas e educativas. A aplicação de modelos de empreendedorismo social nesses centros não apenas oferecem as soluções inovadoras para os desafios locais, mas também criaram oportunidades de empoderamento para as comunidades dos centros sociais e de convívio, promovendo o desenvolvimento sustentável e autossuficiência social. Este modelo de empreendedorismo social integrado nas políticas públicas da Região Autónoma da Madeira (RAM) reflete um compromisso sólido com a transformação das realidades locais, proporcionando um impacto social duradouro, que se alinha tanto aos objetivos globais quanto aos regionais de inclusão social e redução das desigualdades sociais (Pereira, 2023).

Ao focar nas soluções práticas e inovadoras que atendem às necessidades específicas de cada comunidade, os centros sociais e de convívio desempenham um papel crucial na criação de uma sociedade mais justa e equitativa. Eles oferecem sobretudo às populações vulneráveis, as ferramentas essenciais para sua integração social e a autonomia, capacitando-as para a superação das barreiras sociais, económicas e culturais, promovendo assim o empoderamento das comunidades e o fortalecimento do tecido social local. Neste contexto, a complexidade e a diversidade dos desafios das problemáticas sociais enfrentadas pelos profissionais nos centros sociais e de convívio, não são encarados apenas como obstáculos, mas como oportunidades de reflexão contínua de aprendizagens sobre os novos modos de agir e de pensar. Estes profissionais, ao atuarem com o objetivo de garantir a defesa da vida das populações mais vulneráveis, especialmente dos seus beneficiários, sobretudo aqueles que vivem em situações de fragilidade social, desempenhavam um papel essencial na construção de um futuro mais justo e equitativo (Pereira, 2023).

A experiência coletiva e a aprendizagem construtiva são elementos-chave para a transformação dos beneficiários dos centros, criando um espaço propício ao empoderamento social e ao desenvolvimento de uma cidadania ativa. Esta abordagem com as lógicas de ação dos profissionais permite que as comunidades de cada centro social e de convívio não apenas superem as adversidades, mas também se tornem agentes ativos nas suas próprias mudanças, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e participativa dos respetivos centros.

4. O papel das estruturas e recursos destinados à ação pública na intervenção local: a implementação de políticas públicas e o empreendedorismo social

Este estudo explorou a pertinência das estruturas e dos recursos da ação pública, bem como os modelos de formação voltados para a intervenção social, a partir das políticas públicas e sua implementação pelos profissionais (burocratas de nível de rua). A investigação concentrou-se no impacto dessas políticas nos beneficiários (utentes) que frequentavam os centros sociais e de convívio da Região Autónoma da Madeira. Em particular, investigou o poder discricionário exercido pelos profissionais, que estão em contato direto com os "clientes", e como, em conjunto, eles desenvolvem as práticas pedagógicas empreendedoras para promoverem a inclusão social, o empoderamento e a melhoria das condições de vida dos beneficiários com o recurso às múltiplas estratégias decorrentes do empreendedorismo local.

Os centros social e de convívio da Calheta, da Região Autónoma da Madeira (RAM) exemplificam um modelo de empreendedorismo social, voltado para a integração e capacitação das comunidades, adotando uma abordagem empática, colaborativa e sustentável. Esta abordagem é essencial para o fortalecimento do tecido social e a superação das desigualdades estruturais que afetam as populações mais vulneráveis. No contexto destes centros, o empreendedorismo social vai além de uma simples ferramenta de geração de renda, funcionando como um catalisador de transformação social. Ele procura criar soluções duradouras para problemas sociais complexos, promovendo a inclusão, o empoderamento e o desenvolvimento sustentável, gerando um impacto positivo e permanente nas vidas dos beneficiários e nas comunidades em que atuam no nível local os profissionais (Pereira, 2023).

As políticas públicas de Educação e Formação de Adultos, ao atuarem nos níveis macro, meso e micro, sublinham a centralidade da educação empreendedora no processo de construção de uma sociedade mais coesa e economicamente sustentável. No nível macro, as orientações globais e internacionais, como as Recomendações da UNESCO (1998; Conferências Internacionais, 1978, 1998, 2004, 2005) e o Relatório do Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza da OIT (2003), reforçam a importância da integração e intervenção social para garantir o acesso equitativo à educação e ao desenvolvimento de competências empreendedoras. Estes esforços possibilitam a inclusão de cidadãos em contextos de exclusão social, assegurando oportunidades de formação e de desenvolvimento, independentemente das suas condições socioeconómicas. As implementações dessas políticas permitem que, atendendo aos critérios necessários, qualquer beneficiário tenha acesso aos centros sociais e de convívio, com o intuito de melhorar a sua qualidade de vida e inclusão social.

No nível meso, legislações como a Resolução do Conselho de Ministros nº 8/90, que instituiu o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, contribuíram para o acesso de grupos historicamente excluídos de oportunidades educativas. Estas políticas públicas focaram-se na redução das desigualdades sociais e económicas, proporcionando oportunidades aos diversos atores sociais e se desenvolverem novas competências e de se

integrarem de forma mais plena na sociedade a partir da criação de pequenos projetos empreendedores formalizados entre os profissionais e os beneficiários. No nível micro, a criação dos centros sociais e de convívio na Região Autónoma da Madeira (RAM) representou um marco na promoção da inclusão e capacitação das populações vulneráveis (Pereira, 2023). Os profissionais, que atuavam diretamente com os beneficiários, desempenharam um papel fundamental ao facilitar o acesso a serviços de apoio e qualificar os cidadãos em situações de fragilidade, oferecendo-lhes uma plataforma para o empoderamento social e a transformação pessoal. Estes centros atuavam como espaços de desenvolvimento de competências que possibilitavam a reintegração social e a promoção da cidadania ativa (Pereira, 2023).

A educação para o empreendedorismo social transcende o simples desenvolvimento de competências técnicas ou empresariais, consolidando-se como uma ferramenta fundamental na construção de uma sociedade mais inclusiva, resiliente e igualitária. Ao integrar políticas públicas e sociais, os centros sociais e de convívio, na Região Autónoma da Madeira (RAM) desempenham um papel essencial na promoção da coesão social e no empoderamento dos beneficiários nas suas comunidades. Esta estratégia de empreendedorismo social contribui diretamente para a transformação de realidades locais, reafirmando a ideia de que o empreendedorismo social como sendo um motor de mudança, essencial para a criação de um bem-estar coletivo e sustentável, capaz de proporcionar oportunidades de desenvolvimento para todos numa sociedade global.

5. Empreendedorismo Social e os desafios do Envelhecimento Ativo: inovação no cuidado às Populações Sêniores

A relação entre o empreendedorismo social e o envelhecimento da população, especialmente no contexto dos cuidados aos idosos, surge como uma resposta inovadora e transformadora aos desafios impostos pelo envelhecimento. A população idosa enfrenta dificuldades múltiplas, tanto de ordem fisiológica quanto psicológica, que muitas vezes resultam em fragilidade e dependência. A intervenção social nos centros destinados a essa população exige uma abordagem sensível e personalizada, ajustada às necessidades individuais dos beneficiários. A reflexão e ação adequada dos profissionais são cruciais para garantirem o sucesso dessa intervenção (Pereira, 2023).

Neste contexto, o empreendedorismo social apresenta-se como uma ferramenta central para a inovação nas práticas de cuidado e promoção da qualidade de vida para os idosos. O empreendedorismo social na gerontologia visa criar soluções inovadoras que enfrentem os desafios sociais do envelhecimento, promovendo a autonomia, a dignidade e o bem-estar da população idosa. Essa abordagem é essencial para transformar as práticas sociais, especialmente nos centros de convívio e centros sociais, onde o cuidado ao idoso deve transcender a função básica de atendimento, incorporando também uma dimensão empática, solidária e sustentável.

A formação dos profissionais é um aspeto fundamental para o desenvolvimento de práticas eficazes no cuidado aos idosos (Pereira, 2023). Estes profissionais, que estão na

linha de frente da intervenção social, devem ser capacitados para lidar com as necessidades individuais dos beneficiários, aplicando conhecimentos de diversas áreas do saber e promovendo a humanização dos serviços prestados. A prática do empreendedorismo social, neste contexto, vai além da simples criação de novos serviços ou programas, envolvendo também a capacitação e empoderamento das comunidades e dos profissionais com capacidades singulares empreendedoras. Esse enfoque permite a inovação, a adaptação e, sobretudo, a oferta de cuidados personalizados e de alta qualidade de empreendedorismo social ao nível das relações humanas (Carvalho, 2019).

O empreendedorismo social pode se materializar através de novos modelos de gestão e prestação de serviços, como a criação de redes de apoio entre os profissionais ou a implementação de inovações tecnológicas que melhorem a vida diária dos beneficiários. Além disso, a dimensão humana do cuidado está intimamente ligada ao processo de interação social e às relações interpessoais, como destacado por (Pereira, 2023).

A ação dos profissionais exige o desenvolvimento de empatia e um compromisso com a melhoria das condições de vida dos beneficiários. Este enfoque no empreendedorismo social também é reforçado pela crescente relevância do campo nas esferas política e científica, com o surgimento de novas políticas públicas voltadas para a inclusão social e a valorização do envelhecimento ativo.

O empreendedorismo social assume um papel fundamental na construção de um futuro mais sustentável e inclusivo, não apenas para os beneficiários, mas para toda a sociedade. Ele é capaz de promover mudanças significativas nas práticas sociais, criando soluções inovadoras para atender de forma eficaz às necessidades de um público em constante crescimento. Dessa forma, contribui para reduzir a dependência dos idosos, promovendo sua autossuficiência e qualidade de vida.

6. O papel do empreendedorismo social na animação sociocultural: princípios para a sustentabilidade e inovação empreendedora

O empreendedorismo social desempenha um papel crucial na valorização e desenvolvimento da animação sociocultural, sendo essencial para a sustentabilidade e inovação das práticas realizadas pelos profissionais dessa área. De acordo com Lopes (2019, p. 15), o empreendedorismo deve ser entendido como uma dimensão social que contribui para a transformação e fortalecimento da animação sociocultural, reconhecendo a sua importância na sociedade, embora muitas vezes não seja priorizada nas políticas públicas do século XXI.

Lopes (2019) destaca cinco preceitos fundamentais para fortalecer o empreendedorismo no campo da animação sociocultural: i) reconhecimento do empreendedorismo como uma dimensão social: é fundamental reconhecer o empreendedorismo como um elemento que valoriza a animação sociocultural, independentemente da sua visibilidade nas agendas políticas. Esse reconhecimento permite a valorização do setor e a criação de oportunidades para os profissionais da área, possibilitando o desenvolvimento de iniciativas que atendam às necessidades das

comunidades; ii) promoção do trabalho em rede: a animação sociocultural deve ser entendida como uma prática colaborativa.

Criar redes e parcerias envolvendo instituições públicas e privadas, bem como empreendedores sociais, é essencial para expandir a atuação da animação sociocultural em diversos territórios. Essas redes favorecem a troca de experiências, a construção de novos projetos e o alcance de mais públicos, garantindo a continuidade e o impacto das iniciativas; iii) investimento na formação de animadores socioculturais: a formação contínua e qualificada de animadores socioculturais é crucial para o fortalecimento da área. Os profissionais da animação devem compreender profundamente os paradigmas, objetivos e estratégias que orientam os projetos socioculturais, para que possam atuar de maneira eficaz e transformadora. A formação contínua permite o desenvolvimento de habilidades essenciais, como gestão de grupos, planejamento estratégico e criação de soluções inovadoras; iv) prioridade à felicidade humana: Lopes (2019, p. 15) enfatiza a importância de colocar a felicidade e o bem-estar dos indivíduos no Centro das práticas de animação sociocultural. A crescente segregação social e a maior presença de profissionais e diversos atores sociais no mercado de trabalho não devem ser encaradas apenas como uma resposta às necessidades aos diversos beneficiários, mas como uma oportunidade para criar espaços de inclusão e conexão de equidade social.

O empreendedorismo social deve promover a integração e fortalecer as relações humanas, ao invés de reforçar a exclusão e o isolamento social; v) promoção da vida em comunidade: o empreendedorismo na animação sociocultural deve ser orientado pela valorização das relações comunitárias e da amizade genuína, em contraste com a superficialidade das interações virtuais.

A animação sociocultural tem o poder de resgatar as relações interpessoais reais, incentivando a cooperação, a solidariedade e o sentimento de pertencimento a uma comunidade. Essa promoção das relações humanas autênticas é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva, colaborativa e empática.

Como enfatiza Lopes (2019, p. 15): “*Urge que o futuro tenha futuro.*” Esta citação reflete a necessidade de uma reflexão profunda sobre o papel da animação sociocultural no desenvolvimento social e na promoção de uma sociedade mais humana e inclusiva. O empreendedorismo social na animação sociocultural tem o potencial de não apenas transformar a vida de beneficiários, mas também os profissionais de criarem novos modelos de atuação social e de inovação comunitária, construindo um futuro mais solidário e sustentável de todos para todos.

7. O Estado de Bem-Estar Social: o papel do Estado na promoção da coesão social e na proteção dos Direitos Humanos Fundamentais

O Estado reflete, essencialmente, as relações de poder e a dinâmica das forças presentes numa sociedade. De acordo com Bourdieu (2006), o estado é o produto final de um processo gradual de acumulação e concentração de diversas formas de capital, incluindo o capital económico, cultural, social e simbólico. Esse processo ocorre por meio das relações de força,

mediado por políticas públicas que abrangem áreas como a política fiscal, a proteção social, a regulação do mercado de trabalho, as despesas com infraestruturas, a formação de mão-de-obra, a imigração e a regulação trabalhista. O objetivo dessas políticas era garantir a estabilidade social. O estado, assim, é visto como um sistema de funcionamento que organiza e estrutura a sociedade civil e a autoridade política, englobando não apenas os governos e os aparelhos institucionais, mas também as relações de poder que se estabelecem na sociedade (Bourdieu, 2006).

O conceito de Estado de Bem-Estar Social (ou Estado Providência), como foi discutido por Mozzicafreddo (1997), refere-se a um modelo de organização política e social em que o Estado assume a responsabilidade pela melhoria das condições de vida dos cidadãos, tanto no aspecto social quanto econômico. Esse modelo abrange políticas públicas voltadas para a regulação do mercado de trabalho e a institucionalização dos direitos sociais no âmbito laboral, visando promover maior equidade e proteção para a população mais vulnerável.

O Estado de Bem-Estar Social estabelece uma relação contratual de proteção entre o cidadão e o Estado, com ênfase na solidariedade institucional e na garantia dos direitos fundamentais, como a saúde, a educação, a aposentadoria e outros benefícios sociais. De acordo com Bajoit (2006), os sociólogos interpretam a pobreza de diversas maneiras, abordando-a a partir de várias perspectivas. Esse autor propõe quatro categorias para compreender a pobreza: (a) o pobre como marginal; (b) o pobre como explorado; (c) o pobre como dependente; e (d) o pobre como desafiado. Essas categorias ajudam a entender as várias formas de exclusão social e a complexidade das condições que levam ao empobrecimento de uma parte significativa da população.

Bajoit (2006) analisou deste modo mais específico, as várias questões relacionadas à pobreza e à exclusão social. No contexto do Estado de Bem-Estar Social e da análise das políticas sociais, Bajoit (2006) propõe uma categorização das diversas formas de pobreza. Ele explora a pobreza a partir de diferentes perspectivas sociológicas, ajudando a compreender a complexidade das condições sociais que levam ao empobrecimento e à marginalização de certos grupos. A Teoria de Bajoit, (2006) como mencionado no seu estudo, apresenta quatro categorias principais para compreender a pobreza: i) o pobre como marginal: refere-se às pessoas que estão excluídas da sociedade, seja por motivos econômicos, sociais ou culturais. Essas pessoas muitas vezes vivem à margem da sociedade e têm acesso limitado a recursos essenciais, como educação, saúde e empregos; ii) o pobre como explorado: trata-se de indivíduos que, apesar de estarem inseridos no mercado de trabalho, são constantemente explorados. Isso pode se referir a trabalhadores mal remunerados ou a aqueles que enfrentam condições de trabalho precárias; iii) o pobre como dependente: essa categoria abrange os indivíduos que dependem do apoio do Estado ou de outras formas de assistência social para sobreviver, como aqueles que recebem benefícios sociais devido à falta de trabalho ou de condições mínimas de subsistência; iv) o pobre como desafiado: refere-se às pessoas que, além de estarem numa situação de pobreza, perderam o vínculo com as redes sociais e comunitárias. Esses indivíduos podem ser descritos como

desconectados da sociedade, o que os coloca em uma situação de maior vulnerabilidade. A abordagem de Bajoit (2006) sobre a pobreza ajuda a entender as diferentes dimensões da exclusão social, não apenas do ponto de vista económico, mas também das relações sociais e da marginalização que acompanham a condição de pobreza. O conceito de Estado de Bem-Estar Social (ou Estado Providência) reflete uma transformação significativa nas estruturas sociais e políticas, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Este modelo baseia-se na ideia de que o Estado deve assumir um papel ativo na garantia do bem-estar dos cidadãos, com o foco particular na proteção dos mais vulneráveis. O seu objetivo é proporcionar uma rede de segurança social que ofereça acesso aos direitos fundamentais, como a saúde, a educação, a segurança social, o emprego e a habitação.

Na sociedade europeia do pós-guerra até a década de 1970, as antigas divisões de classe social começaram a se dissolver, com uma diminuição da oposição rígida entre os diferentes estratos económicos e sociais. As mudanças nos sistemas políticos e económicos, especialmente nos países capitalistas avançados, facilitaram a criação de um Estado mais intervencionista, que procuravam diminuir as desigualdades sociais e promover a coesão social por meio da redistribuição dos recursos e da implementação de políticas públicas inclusivas.

Nesse contexto, o Estado de Bem-Estar - Social emerge como uma solução para os problemas de pobreza, desigualdade e exclusão social, com o objetivo de garantir direitos universais e proporcionar uma vida digna para todos os cidadãos, independentemente de sua origem social ou económica. Este modelo de organização social e política pode ser considerado um marco da modernidade, refletindo uma maior preocupação com a igualdade de oportunidades e com a solidariedade entre as classes sociais.

Nos países que adotaram o Estado de Bem-Estar Social, como os da Europa Ocidental, políticas públicas foram implementadas para oferecerem proteção social, reduzirem as desigualdades e garantirem o acesso aos serviços essenciais, promovendo a integração dos cidadãos numa sociedade mais equitativa.

Do ponto de vista sociológico e político, o Estado de Bem-Estar Social implica uma intervenção do Estado na vida económica e social, estabelecendo um pacto entre o cidadão e o Estado, onde este último assume a responsabilidade pela proteção e cuidado dos seus cidadãos. Nesse contexto, a política social do Estado de Bem-Estar é entendida como um conjunto de medidas e ações do governo que visam assegurar condições de vida dignas para todos os membros da sociedade, principalmente dos mais pobres e vulneráveis.

A política social, por sua vez, envolve a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o bem-estar social. Essas políticas podem incluir áreas como a saúde, a educação, a segurança social, a habitação, o emprego e os serviços sociais. As políticas sociais são instrumentos para a concretização dos direitos sociais e procuram a promoção, a coesão social e a redução das desigualdades. Elas baseiam-se no compromisso do Estado em garantir a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, especialmente aqueles em situação de risco ou exclusão social (Pereira, 2023).

Conclusões

O presente estudo explorou as dinâmicas sociológicas do Estado de Bem-Estar Social, observando como as políticas públicas são moldadas e implementadas, e como os Profissionais (também conhecidos como trabalhadores sociais ou burocratas de nível de rua) desempenham um papel fundamental na construção de soluções para as desigualdades estruturais. Ao interligar investigações empíricas com teorias críticas, o estudo analisou a eficácia das políticas sociais, mas também explorou como as novas abordagens podem ser implementadas para responder aos desafios da exclusão social e promoverem a inclusão. Isto inclui entender como é que as políticas públicas podem ser ajustadas para serem mais flexíveis e adaptativas, de forma a atenderem às necessidades das populações num cenário global em constante mudança (Pereira, 2023).

O Estado de Bem-Estar Social e as políticas sociais continuam a ser essenciais para a promoção do bem-estar social e da igualdade de oportunidades. Contudo, estes modelos precisam de ser adaptados aos novos desafios sociais e económicos impostos pela globalização, pelas transformações no mercado de trabalho e pela mudança das estruturas familiares.

Este trabalho fornece uma análise crítica e inovadora sobre as dinâmicas sociais, a partir dos profissionais, em cada centro social e centro de convívio, e o seu poder transformador aos beneficiários, para fomentarem um futuro mais inclusivo e sustentável, com as políticas públicas, que integrem soluções para a proteção social e a promoção da justiça social e o bem-estar comum na sociedade, com o apoio do desenvolvimento do empreendedorismo social.

Em síntese:

- O estudo evidenciou que os profissionais, como trabalhadores sociais atuando diretamente nos centros sociais e de convívio, desempenham um papel crucial na implementação das políticas públicas e na construção de soluções eficazes para combater as desigualdades estruturais. O seu trabalho direto com os beneficiários permite uma intervenção mais humana, flexível e adaptada às realidades locais, onde o empreendedorismo social dá origem a beneficiários com oportunidade de participação e decisão.
- Observou-se que o empreendedorismo social, promovido nesses espaços comunitários, tem potencial para gerar impacto positivo e sustentável, ao capacitar comunidades e beneficiários a desenvolverem soluções próprias para os seus desafios diários e problemáticas sociais. Isso fortalece a coesão social e estimula formas inovadoras de inclusão.
- A educação transformadora foi identificada como uma ferramenta essencial para promover a consciência crítica, a autonomia e a participação ativa dos cidadãos. Quando aplicada nos centros sociais e de convívio, ela contribui para o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas, fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa.

- O estudo destacou que, para serem eficazes, as políticas sociais devem ser cada vez mais adaptativas e sensíveis às mudanças sociais, económicas e culturais. A integração das experiências empíricas dos profissionais nas decisões políticas é essencial para criar respostas públicas mais eficazes e centradas nos beneficiários.
- A articulação entre a teoria crítica, a prática profissional e as políticas públicas mostrou que é possível pensar num Estado de Bem-Estar mais moderno e eficaz, que promova a justiça social através da valorização do trabalho de base realizado pelos profissionais com os seus beneficiários nos Centros Sociais e de Convívio.

• O empreendedorismo social configura-se como uma prática inovadora orientada para a resolução de problemas socioeconómicos complexos, articulando o propósito social e a sustentabilidade, e deste modo, promovendo as transformações estruturais em contextos de vulnerabilidade, sobretudo dos beneficiários que são mais abandonados pela sociedade na era da globalização.

Referências

- Ashoka. (n.d.). *Bill Drayton – Founder and CEO*. <https://www.ashoka.org/en-be/people/william-drayton>
- Bajoit, G. (2006). Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social. In C. Balsa, L. W. Boneti, & M.-H. Soulet (Orgs.), *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: Uma abordagem transnacional* (pp. xx-xx). Editora UNIJUÍ e CEOS.
- Baker, E. M. (2013). *Medical-surgical nursing care* (3rd ed.). Pearson Education.
- Bornstein, D. (2004). *How to change the world: Social entrepreneurs and the power of new ideas*. Oxford University Press.
- Bourdieu, P. (2006). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.
- Carvalho, J. (2019). Empreendedorismo sénior. In J. Jardim & J. E. Franco (Eds.), *Empreendipédia: Dicionário de Educação para o Empreendedorismo* (pp. 284–287). Gradiva.
- Drayton, B. (1980). Social entrepreneurship and systemic change. In Ashoka. *Bill Drayton – Founder and CEO*. <https://www.ashoka.org/en-be/people/william-drayton>
- Franco, J. E. (2019). Globalização e glocalização. In J. Jardim & J. E. Franco (Eds.), *Empreendipédia: Dicionário de Educação para o Empreendedorismo* (pp. 383–385). Gradiva.
- Freinet, C. (1974). *Pedagogia do trabalho* (2.ª ed.). Martins Fontes.
- Jardim, J. (2019a). Antiempreendedorismo. In J. Jardim & J. E. Franco (Eds.), *Empreendipédia: Dicionário de Educação para o Empreendedorismo* (pp. 17–23). Gradiva.
- Jardim, J. (2019b). Empreendedorismo social. In J. Jardim & J. E. Franco (Eds.), *Empreendipédia: Dicionário de Educação para o Empreendedorismo* (pp. 287–291). Gradiva.
- Jardim, J. (2021). *Emprende: Manual global de educação para o empreendedorismo*. Mais Leituras.
- Leadbeater, C. (1997). *The rise of the social entrepreneur*. Demos.
- Lopes, M. S. (2019). Animação sociocultural. In J. Jardim & J. E. Franco (Eds.), *Empreendipédia: Dicionário de Educação para o Empreendedorismo* (pp. 12–15). Gradiva.
- Martin, R. L., & Osberg, S. (2007). Social entrepreneurship: The case for definition. *Stanford Social Innovation Review*, 5(2), 28–39.
- Mozzicafreddo, J. (1997). *Estado providência e cidadania em Portugal*. Celta.
- Organização Internacional do Trabalho. (2003). *Programa estratégicas e técnicas contra a exclusão social e a pobreza*. OIT.
- Pereira, M. (2023). Modelo de intervenção social e as suas características empreendedoras focadas nos centros sociais e de convívio na Região Autónoma da Madeira. *Revista de Divulgação Científica AICA*, 17, 108–124.
- Rose, G. (2000). *Epidemiology for the uninitiated* (4th ed.). BMJ Books.
- Santa Casa da Misericórdia da Calheta. (s.d.). *Centros sociais e de convívio*. <https://scmcalheta.pt/respostas-sociais-servicos/>
- Sarkar, S. (2014). *Empreendedorismo e inovação* (3.ª ed. rev. e aum.). Escolar Editora.
- UNESCO. (1978, 1998, 2004, 2005). *Relatório das Conferências Internacionais sobre Educação e Exclusão Social*. UNESCO.

- Van de Ven, A. H. (1986). Central problems in the management of innovation. *Management Science*, 32(5), 590–607.
- Yunus, M. (2006). *Banker to the poor: Micro-lending and the battle against world poverty*. PublicAffairs.
- Yunus, M., & Weber, K. (2007). *Creating a world without poverty: Social business and the future of capitalism*. PublicAffairs.